

## A REORGANIZAÇÃO DA TERRA PELA EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS NO SUL DO BRASIL (1965-2000)

LEONARDO ALVES DA SILVA <sup>1,2\*</sup>, SAMIRA PERUCHI MORETTO <sup>2,3</sup>

### 1 Introdução

A formação fitogeográfica do sul do Brasil corresponde majoritariamente no domínio do bioma de Mata Atlântica, destacando-se pela sua rica biodiversidade devido a presença de uma gama de espécies que caracterizam o ecossistema nativo. Historicamente, essa região sofreu com processos de ocupação conforme interesses econômicos vigentes, passando das atividades pecuárias e extrativistas do século XIX pelas indústrias madeireiras, para a introdução e avanço de monoculturas florestais e agrícolas exóticas em larga escala impulsionadas durante o período da ditadura militar. Voltadas para uma produção industrial, a inserção de monoculturas como o *Eucalyptus spp*, o *Pinus spp* e, também, as plantações de soja, causam modificações no território e colocam em risco o ecossistema local, além de uma reconfiguração no uso da terra, visando interesses econômicos e políticos.

Portanto, a motivação que leva a introdução destas espécies exóticas, se origina na política ambiental incentivada pelos governos militares, que, na silvicultura, prática do “reflorestamento” foi financiada como maneira de suprir a matéria-prima do setor madeireiro e gerar ganhos econômicos através da condição industrial (Moretto, 2024). Já por atender os interesses agroindustriais e da modernização agrícola, o incentivo a grandes propriedades de grãos, inseriram a soja, consolidando um modelo voltado para exportação e produção de ração animal.

Desta forma, a pesquisa propõe a análise, através de uma perspectiva da História Ambiental, as condições históricas e as consequências socioambientais da expansão destas monoculturas exóticas no sul do Brasil, observando os incentivos fiscais e políticos durante o período ditatorial para a reestruturação deste espaço em um modelo agroindustrial de produção em larga escala.

---

1 Graduando em História, Universidades Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, contato: leonardo.silalves35@gmail.com

2 Grupo de Pesquisa: Fronteiras, Laboratório de História Ambiental da UFFS

3 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina, **Orientadora**.

## 2 Objetivos

A pesquisa tem como objetivo principal a análise das práticas de plantio monoculturais de larga escala no Sul do Brasil, em áreas anteriormente ocupadas pela grande biodiversidade florestal e campestre da Mata Atlântica, caracterizada pela presença da espécie arbórea *Araucaria angustifolia*. Dentre os objetivos específicos, buscou-se investigar as influências políticas no contexto da ditadura civil-militar, através de legislações como o Código Florestal de 1965 e incentivos fiscais na introdução de espécies exóticas na região, além de mapear áreas afetadas e analisar os desafios na conservação do ecossistema nativo e criação das áreas de proteção ambiental.

## 3 Metodologia

Como abordagem metodológica, o presente trabalho fundamenta-se nos conceitos teóricos da História Ambiental, principalmente nas perspectivas metodológicas propostas por Donald Worster. Compreendendo a interação dinâmica entre grupos humanos e o ambiente em que se inserem, Worster aprofunda o debate de como a humanidade é influenciada pelas condições naturais e, simultaneamente, como suas ações impactam e geram consequências ao meio ambiente. Nessa perspectiva, se contrapõe o pressuposto que os humanos estariam dissociados da natureza, defendendo que essa relação constitui um dos elementos fundamentais na compreensão da história (Worster, 2003).

Neste contexto, a pesquisa consiste na análise das transformações da paisagem provocadas pelos incentivos às monoculturas no Sul do Brasil. Contudo, embora seja frequente a discussão sobre a expansão monocultural na história e na historiografia brasileira, sua interpretação tem passado por abordagens que enfatizam as relações de poder, produção em massa e organização social, em detrimento das interações entre as práticas de introdução de espécies exóticas e o ambiente natural (Klanovicz, 2014).

Conforme Milton Santos (2006), o espaço geográfico se constitui na construção histórica produzida entre a interação de objetos, técnicas e ações humanas. Partindo dessa ótica, essa perspectiva permite interpretar as monoculturas não somente como condições econômicas, mas como processo de transformação da paisagem e reorganização espacial. Ao alinhar-se com a História Ambiental, a investigação se amplia para a compreensão de como a natureza

influencia as sociedades e, respectivamente, como as sociedades transformam essa natureza, isto é, a interação contínua entre processos ecológicos e ações humanas reconfiguraram o uso da terra e incentivam a homogeneização da paisagem, alterando a biodiversidade e a dinâmica do ecossistema nativo.

Desta forma, o trabalho parte de uma análise bibliográfica e teórica vinculada à História Ambiental, assim como, na busca de documentos institucionais, relatórios técnicos, jornais regionais, mapas, fontes iconográficas e mapeamentos presenciais ou via satélites das áreas mais afetadas por este processo de plantio. Em torno disto, permite-se compreender a atuação do Estado durante a ditadura cívico-militar e de incentivos fiscais na reestruturação do uso da terra no sul brasileiro, investigando como a ótica desenvolvimentista dos governos militares, através do Código Florestal de 1965, influenciaram e legitimaram a transformação das paisagens florestais e campestres do bioma da Mata Atlântica.

#### **4 Resultados e Discussão**

Durante o desenvolvimento das atividades da bolsa, foi possível problematizar e analisar de forma crítica a ação dos plantios monocultivos no Sul do Brasil, principalmente por suas condições de espécies invasoras. Um recorte avaliado durante o período da bolsa foi a inserção de monocultivos florestais de *Eucalyptus* spp e *Pinus* spp nos territórios que correspondem aos Campos de Palmas, uma ampla região de predominância campestre que, conforme relatos, se estendia entre os rios Iguaçu e Uruguai, abrangendo partes que hoje integram territórios dos estados do Paraná e Santa Catarina. Nota-se que tais ocorrências ocorrem durante um processo histórico de articulações políticas estatais movimentadas pelos governantes militares, especialmente a partir do código florestal de 1965 e os incentivos fiscais de “reflorestamento” em áreas de pastagens. Através disso, argumenta-se que o governo militar atuou como agente de conversão dos campos nativos à homogeneização da paisagem por monocultivos arbóreos, promovendo uma reconfiguração territorial fomentada pela lógica da indústria madeireira na produção de papel celulose, e a demanda de carvão vegetal.

Ademais, ao longo do período, foi realizado um trabalho arquivístico através da limpeza mecânica, organização, catalogação e digitalização de documentos do acervo da Floresta Nacional de Chapecó e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Através do manuseio destes documentos dos acervos, foi obtido como resultado a

ampliação do conhecimento diante conceitos de manejo florestal, além de possibilitar o procedimento de varredura de fontes primárias vinculadas ao processo de inserção destas espécies arbóreas na região Sul do Brasil, auxiliando na construção e problematização do projeto, e também, abrindo espaço para a perspectiva de projetos futuros.

## 5 Conclusão

O trabalho evidencia e problematiza a expansão dos monocultivos no Sul do Brasil a partir da década de 1960, especialmente devido às condições políticas e industriais em que se introduziram as espécies exóticas nesta região. A inserção das espécies como Pinus, Eucalipto e Soja, evidenciam uma transformação intensa na paisagem natural, comprometendo ecossistemas nativos, ou que já estavam devastados pela exploração madeireira da Araucária. Por sua vez, estas mudanças foram impulsionadas por incentivos fiscais e políticas desenvolvimentistas do período cívico-militar, privilegiando interesses econômicos em razão do crescimento das indústrias de bens de exportação.

Neste viés, através das investigações propostas pela História Ambiental e o trabalho realizado com arquivos históricos, especialmente da Floresta Nacional de Chapecó e do IBAMA, possibilitou compreender como estas transformações partem de uma perspectiva ideológica de Estado, reconfigurando a relação socioambiental entre o humano e a terra. Os documentos analisados evidenciam a relação do poder público por seus incentivos fiscais, políticas de “reflorestamento”, normas técnicas e fiscalizações que favoreceram a expansão das monoculturas agrícolas e florestais na região sul do Brasil.

## Referências Bibliográficas

KLANOVICZ, Jó. Apontamentos para uma história ambiental de monoculturas modernas no sul do Brasil. **HIB: Revista de História Iberoamericana**, v. 7, n. 2, 2014.

MORETTO, Samira P. Lastros da ditadura: os incentivos legais aos monocultivos florestais no Sul do Brasil e seus desdobramentos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 1-23, set./dez. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história. Tradução de Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

**Palavras-chave:** Monoculturas; História ambiental; Sul do Brasil.

**Nº de Registro no sistema Prisma:** PES-2025-0216

**Financiamento**

